

## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

11ª Sessão Ordinária de 2016

Publicada no DECNMP, Caderno Processual, em 06/06/2016, Págs. 13/33

Dia: 13/06/2016

Hora: 14:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul  
Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

### PAUTA DESTA SESSÃO

#### PARTE I – PROCESSOS FÍSICOS

1) Aprovação da Ata da 10ª Sessão Ordinária (31/05/2016).

#### Processos com Pedidos de Vista

##### Pedido de Vista em 24/02/2015

2) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001352/2012-24

Requerente: Ailton José da Silva – Presidente da ANMPM; Alexandre Camanho de Assis – Presidente da ANPR; Antônio Marcos Dezan – Presidente da AMPDFT; Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT; Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Carlos Eduardo de Azevedo Lima – Presidente da ANPT; José Robalinho Cavalcanti – Vice-Presidente da ANPR

Requerido: Ministério Público da União

Assunto: Requer a determinação por este Conselho, no âmbito do Ministério Público da União, da revisão das Portarias PGR 537/2003, 645/2003 e 525/2006, que disciplinam o tema, para possibilitar o pagamento em pecúnia da licença-prêmio que o membro faz jus e não pretende fruir, antes da ocorrência da aposentadoria ou causa extintiva do vínculo funcional.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho (Relator anterior: Cons. Fabiano Silveira)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

##### Pedidos de Vista em 14/04/2015

3) Proposição n.º 0.00.000.000394/2011-67

Proponente: Conselheiro Almino Afonso

Assunto: Proposta de Resolução, com vistas a estabelecer instruções para o cumprimento da Lei Federal n.º 11.767, de 2008, sobre os pedidos do Ministério Público em relação à busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

- 4) Proposição n.º 0.00.000.001095/2013-10  
Proponente: Conselheiro Fabiano Augusto Martins Silveira  
Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP nº 36/2009, para tornar obrigatória a realização de inspeções ordinárias por parte das Corregedorias de todas as unidades do Ministério Público, nos órgãos e serviços que operam, auxiliam ou supervisionam a operação de sistemas de monitoramento de intercepções telefônicas, e dá outras providências.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

Pedido de Vista em 29/07/2015 – 14ª Sessão Ordinária

- 5) Proposição n.º 0.00.000.000659/2014-70  
Proponente: Presidência do CNMP  
Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta o § 6º, do art. 5º, da Lei nº 7.347/85, disciplinando, no âmbito do Ministério Público, a tomada do compromisso de ajustamento de conduta.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza (Relator Anterior: Cons. Alexandre Berzosa Saliba)  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedido de Vista em 13/10/2015

- 6) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.001658/2013-61  
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – SINDSEMP/RN  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Assunto: Requer o controle, junto ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, dos servidores cedidos ou requisitados de órgãos da administração pública municipal, estadual ou federal, sem que seja para o exercício de cargo ou função de confiança, bem como a regularização do quadro de servidores, conforme as regras do art. 37, II, da CF e art. 106, da LCE nº 122/1994.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Rio Grande do Norte  
Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza

Pedidos de Vista em 27/10/2015

7) Proposição n.º 0.00.000.000171/2014-42

Proponente: Conselheiro Esdras Dantas de Souza

Assunto: Proposta de Recomendação aos membros do Ministério Público para se absterem de adotar medidas contrárias ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça (RESP 1.192.332/RS) que, conforme os artigos 13 e 25, da Lei n.º 8.666/93, autoriza o ente público a contratar o advogado por inexigibilidade de licitação, assegurando a inviolabilidade ao exercício profissional do advogado.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

8) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001795/2014-87

Requerente: Paulo Adriano Nunes Miranda

Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás

Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado de Goiás, em fornecer informações quanto às providências tomadas na denúncia protocolada sob o n.º 20K00489448.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Origem: Goiás

Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Cons. Otavio Brito Lopes

Pedidos de Vista em 24/11/2015

9) Proposição n.º 0.00.000.001045/2013-24

Proponente: Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública

Assunto: Proposta de Resolução que regulamenta procedimentos de natureza administrativa sobre a tramitação direta do inquérito policial entre o Ministério Público e a Polícia Judiciária.

Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

10) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000470/2014-87 (Embargos de Declaração)

Embargante: Dirceu Dresch

Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que acolheu a preliminar de incompetência do CNMP, determinando o arquivamento de Procedimento de Controle Administrativo, que visa apurar irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas em auditoria realizada no Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina, envolvendo a legalidade dos atos de pessoal concernentes ao preenchimento de cargos efetivos e comissionados, teto remuneratório, vantagens remuneratórias, cessão de servidores, acumulação de cargos, controle de frequência e controle interno.

Relator: Cons. Walter de Agra Júnior

Origem: Santa Catarina

Vista: Cons. Fábio Bastos Stica  
Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Cons. Otavio Brito Lopes  
Cons. Valter Shuenquener de Araújo  
Cons. Esdras Dantas de Souza

#### Pedido de Vista em 15/12/2015 – 23ª Sessão Ordinária

11) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n.º 0.00.000.000250/2015-34 (Recurso Interno)

Recorrente: Zélia Saraiva Lima – Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Piauí

Recorrido: Ministério Público Federal no Estado do Piauí

Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento de Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público, na qual é requerido o acolhimento da indicação de membro do Ministério Público do Estado do Piauí, para o exercício da função eleitoral na 63ª Zona Eleitoral – Teresina, com a conseqüente designação pelo Procurador Regional Eleitoral da Circunscrição do mencionado Estado.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: Piauí

Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

#### Pedido de Vista em 26/01/2016

12) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000506/2015-11 (Recurso Interno)

Recorrente: Rodrigo Costa Feitosa

Advogado: Márcio Messias Cunha – OAB/GO n.º 13.955

Recorrido: Membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins

Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal no Estado de Tocantins.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: Tocantins

Vista: Cons. Esdras Dantas de Souza

#### Pedidos de Vista em 27/01/2016

13) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000040/2011-12

Requerente: Fernando Zardini Antonio

Assunto: Requer providências acerca da aplicação e extensão do teor do artigo 15, parágrafo único, da Resolução nº 13, de 02 de outubro de 2006, no âmbito do Ministério Público.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha (Relator anterior: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior)

Origem: Espírito Santo

Vista: Cons. Valter Shuenquener de Araújo  
Cons. Sérgio Ricardo de Souza

14) Proposição n.º 0.00.000.001501/2013-36

Proponente: Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP

Assunto: Proposta de Resolução que institui a Política de Segurança Institucional e o Sistema Nacional de Segurança Institucional do Ministério Público.

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes (Relator Anterior: Cons. Jeferson Luiz Pereira Coelho)

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Fábio Bastos Stica

#### Pedido de Vista em 15/03/2016

15) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000762/2015-09 (Embargos de Declaração)

Embargante: Ministério Público do Estado da Paraíba

Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que determinou o arquivamento do presente Procedimento Interno de Comissão, recomendando a adoção de providências ao Ministério Público do Estado da Paraíba.

Relator: Cons. Walter de Agra Júnior

Origem: Paraíba

Vista: Cons. Antônio Pereira Duarte

#### Pedido de Vista em 12/04/2016

16) Proposição n.º 0.00.000.000660/2014-02

Proponente: Presidência do CNMP

Assunto: Proposta de Resolução que disciplina a expedição de recomendações pelo Ministério Público brasileiro.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Gustavo do Vale Rocha

#### Processos Remanescentes

#### Incluído na Pauta da 23ª Sessão Ordinária (15/12/2015)

17) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001548/2014-81 (Pedido de Revisão)

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Assunto: Pedido de revisão de decisão monocrática que determinou o arquivamento de Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo, na qual é requerida a apuração de inércia por parte da 7ª Promotoria de Justiça Cível de Vila Velha/ES, na análise de notícias de fato, conforme constatado em inspeção realizada pela Corregedoria Nacional do Ministério Público nas unidades do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.

Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

18) Consulta n.º 0.00.000.000451/2014-51

Requerente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União – SINASEMPU

Advogado: Fábio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF n.º 34.163

Interessado: Roberto Negri – Presidente do SINASEMPU

Assunto: Consulta acerca da possibilidade de Analistas do Ministério Público da União do cargo de Perícia/Engenharia de Segurança do Trabalho e do cargo de Perícia/Medicina do Trabalho ingressarem e transitarem livremente em empresas investigadas, sem a presença de um membro do Ministério Público para a realização de inspeções e vistorias técnicas.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão (26/04/2016)

19) Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo n.º 0.00.000.001034/2014-25

Requerente: Erika Kokay – Presidente da CPI Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – Câmara dos Deputados

Interessado: Kedilson de Oliveira Barbosa

Requeridos: Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público Federal no Estado do Amazonas

Assunto: Alegação de inércia do Ministério Público do Estado do Amazonas e do Ministério Público Federal no Estado do Amazonas em apurar denúncia de crime sexual envolvendo menor, formalizada àqueles órgãos no ano de 2004.

Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

Origem: Manaus

20) Pedido de Providências n.º 0.00.000.001637/2014-27

Requerente: Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Assunto: Requer providências do Ministério Público do Estado do Espírito Santo em face de alegações de diversas situações de desrespeito aos servidores daquele órgão.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: Espírito Santo

Incluído na Pauta da 9ª Sessão (10/05/16)

21) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000371/2015-86

Requerente: Rádio e Televisão Bandeirantes LTDA.

Advogados: Cristiano Zanin Martins – OAB/DF n.º 32.190; Roberto Teixeira – OAB/SP n.º 22.823; Gabriel Ciríaco Lira – OAB/DF 47.2012

Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Assunto: Requer providências, junto ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em relação às medidas tomadas pelo mencionado Parquet que contribuíram para inviabilizar a realização da etapa brasileira de Fórmula Indy em Brasília.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 10ª Sessão (31/05/2016)

22) Proposição n.º 0.00.000.000191/2014-13

Proponente: Conselheiro Walter de Agra Júnior

Assunto: Proposta de Recomendação acerca da necessidade de legislação local específica para conversão de férias em pecúnia no âmbito dos Ministérios Públicos Estaduais e da não incidência de imposto de renda.

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes

Origem: Distrito Federal

23) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.000677/2014-51

Requerente: Alexandre Augusto da Cruz Feliciano – Promotor de Justiça/SP

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Assunto: Pedido de Revisão de Processo Administrativo n.º 06-12, que tramitou no Ministério Público do Estado de São Paulo.

Relator: Cons. Fábio Bastos Stica

Origem: São Paulo

24) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000799/2014-48

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará

Assunto: Visa apurar a análise dos contratos 74/2010, 89/2010, 40/2011 e 41/2011, referentes às obras e reformas realizadas no Ministério Público do Estado do Ceará (Relatório de Inspeção, item 22.7).

Relator: Cons. Otavio Brito Lopes

Origem: Distrito Federal

- 25) Revisão de Processo Disciplinar n.º 0.00.000.001610/2014-34 (Apenso: Processos n.º 0.00.000.001398/2010-81 e n.º 0.00.000.001432/2011-07) (Embargos de Declaração)  
Embargante: Membro do Ministério Público do Estado do Pará  
Advogado: Luís André Ferreira da Cunha – OAB/PA n.º 18.899B  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente revisão de processo disciplinar, para determinar a deflagração do procedimento de instauração de ação civil para a cassação de aposentadoria do membro do Ministério Público do Pará, pelo Procurador-Geral de Justiça daquele Estado.  
Relator Originário: Cons. Walter de Agra Júnior  
Relator dos Embargos de Declaração: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Origem: Distrito Federal
- 26) Proposição n.º 0.00.000.000541/2015-22  
Proponente: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega  
Assunto: Proposta de Resolução que altera os artigos 10 e 11 da Resolução CNMP n.º 23/2007.  
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes  
Origem: Distrito Federal
- 27) Inspeção n.º 0.00.000.000201/2016-82  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Assunto: Aprovação do relatório conclusivo da Inspeção Extraordinária realizada na Promotoria de Justiça da Comarca de Cajamar.  
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Origem: Distrito Federal

#### **Processos desta Sessão (13/06/2016)**

- 28) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000279/2013-54  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N.º 81/2012 no Ministério Público do Estado de Alagoas.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
- 29) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000394/2013-29  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Ministério Público do Estado de Roraima  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N.º 81/2012 no Ministério Público do Estado de Roraima.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal

- 30) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000403/2013-81  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho da 4º Região/RS  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 na Procuradoria Regional do Trabalho da 4º Região/RS.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
- 31) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000816/2013-66  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Procuradoria Regional do Trabalho no Estado de Alagoas  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 na Procuradoria Regional do Trabalho no Estado de Alagoas.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
- 32) Pedido de Providências n.º 0.00.000.000825/2013-57  
Requerente: Comissão Temporária de Acessibilidade  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Assunto: Acompanhamento do cumprimento da Resolução CNMP N° 81/2012 no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
- 33) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001485/2013-81  
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE  
Requerido: MPT - Procuradoria Regional do Trabalho no Estado de Alagoas  
Assunto: Atendimento Prioritário.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
- 34) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001534/2013-86  
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE  
Requerido: MPE - Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul  
Assunto: Atendimento Prioritário.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal

- 35) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001602/2013-15  
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE  
Requerido: MPE - Ministério Público do Estado de Alagoas  
Assunto: Atendimento Prioritário.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Alagoas
- 36) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001640/2013-60  
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE  
Requerido: MPE - Ministério Público do Estado de Roraima  
Assunto: Atendimento Prioritário.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Distrito Federal
- 37) Procedimento Interno de Comissão n.º 0.00.000.001769/2013-78  
Requerente: Núcleo de Atuação Especial em Acessibilidade – NEACE  
Requerido: MPT - Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região/Porto Alegre-RS  
Assunto: Atendimento Prioritário.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega – Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais  
Origem: Rio Grande do Sul
- 38) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n.º 0.00.000.000001/2014-68 (Embargos de Declaração)  
Embargantes: Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Amazonas  
Suzete Maria dos Santos e outros – Procuradores de Justiça do Estado do Amazonas  
Ronaldo Andrade - Promotor de Justiça do Estado do Amazonas  
Advogados: Leonardo Lemos de Assis – OAB/AM n.º 6497; José Eldair de Souza Martins – OAB/AM n.º 1822; Amanda Martins Valente – OAB/AM n.º 2487  
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que determinou o cumprimento da decisão proferida nos autos n.º 0.00.000.001353/2012-79.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Amazonas
- 39) Proposição n.º 0.00.000.001222/2014-53 (Apenso: Processo n.º 0.00.000.001569/2014-04)  
Requerente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego  
Assunto: Proposta de Resolução que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Brasília

- 40) Reclamação Disciplinar n° 0.00.000.001731/2014-86 (Recurso Interno)  
Recorrente: Edileusa Barros Santos  
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor dos membros do Ministério Público do Estado de São Paulo.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: São Paulo
- 41) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000845/2015-90 (Recurso Interno)  
Recorrente: Dalmir Batista da Silva  
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Goiás.  
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes  
Origem: Goiás
- 42) Inspeção n° 0.00.000.000902/2015-31  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Assunto: Aprovação do Relatório Conclusivo da Inspeção realizada no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.  
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Origem: Distrito Federal
- 43) Inspeção n° 0.00.000.000903/2015-85  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Assunto: Aprovação do Relatório Conclusivo da Inspeção realizada na Procuradoria-Geral do Trabalho.  
Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego  
Origem: Distrito Federal
- 44) Reclamação Disciplinar n.º 0.00.000.000020/2016-56 (Recurso Interno)  
Recorrente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil  
Recorrido: Membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional, que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Brasília

45) Inspeção n° 0.00.000.000321/2016-80

Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe

Assunto: Aprovação do Relatório Conclusivo da Inspeção realizada na 4ª Promotoria de Justiça da Curadoria da Fazenda Pública do Ministério Público do Estado de Sergipe.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

## **PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS**

### **Processos com Pedidos de Vista**

#### **Pedido de Vista em 24/11/2015**

1) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00004/2015-08

Requerente: Paulo Eduardo Bueno

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ato Administrativo. Portaria 78/1994. Portaria 217/1994. MPF. Conselho Superior. Procurador da República. Procurador Regional da República. Carreira. Promoção. Tempo de serviço. Renúncia. Reposicionamento.

Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza

Origem: São Paulo

Vista: Cons. Otavio Brito Lopes

#### **Pedidos de Vista em 27/01/2016**

2) Proposição n° 1.00059/2015-09

Proponente: Jeferson Luiz Pereira Coelho

Objeto: Proposta de Resolução que institui órgãos de Controle Interno no Ministério Público Brasileiro.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho

Cons. Fábio Bastos Stica

3) Proposição n° 1.00126/2015-31

Proponente: Jarbas Soares Júnior

Objeto: Proposição. Dispõe que as provisões de encargos trabalhistas a serem pagas pelas Unidades Ministeriais às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua no âmbito do Ministério Público sejam glosadas do valor mensal do contrato e depositadas exclusivamente em banco público oficial.

Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha

Origem: Distrito Federal

Vista: Presidente

#### Pedidos de Vista em 26/04/2016

- 4) Pedido de Providências nº 1.00066/2015-84  
Requerente: Rinaldo Reis Lima  
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Objeto: Sustação. Alteração. Lei Orgânica. Resolução. Colégio de Procuradores de Justiça. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Competência Exclusiva. Procurador-Geral de Justiça.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Rio Grande do Norte  
Vista: Cons. Sérgio Ricardo de Souza
- 5) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00087/2016-17  
Requerente: Gustavo Lins Tourinho Costa  
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Objeto: Revogação. POR-PGJ nº 244/2016. Designação do requerente. Exercício Cumulativo. 3ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de Petrolina. Ilegalidades. Ministério Público do Estado de Pernambuco.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Pernambuco  
Vista: Cons. Fábio Bastos Stica
- 6) Nota Técnica nº 1.00174/2016-47  
Proponente: Antônio Pereira Duarte  
Interessado: Comissão do Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial  
Objeto: Discute o alcance do Projeto de Lei 3.722/2012 que flexibiliza as regras do Estatuto do Desarmamento quanto à aquisição e porte de armas de fogo. Analisa possíveis reflexos sobre a tutela da segurança pública.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior

#### Pedidos de Vista em 31/05/2016

- 7) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00350/2015-14  
Requerente: Corregedoria Nacional  
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Decisão exarada na Reclamação Disciplinar nº 1.00.000.000.00087/2014-29.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Mato Grosso do Sul  
Vista: Cons. Walter de Agra Júnior  
Cons. Sérgio Ricardo de Souza

- 8) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00190/2016-11  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará  
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Pará  
Advogado: Thiago Carvalhaes Peres – OAB/PA n.º 21.233  
Objeto: Pedido de Revisão de Processo Administrativo Disciplinar nº 016/2014-MP/CGMP, que tramitou no Ministério Público do Estado do Pará. RD nº 0.00.000.000864/2015-16.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Distrito Federal  
Vista: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega

#### Processos Remanescentes

##### Incluído na Pauta da 23ª Sessão Ordinária (15/12/2015)

- 9) Proposição nº 1.00333/2015-96  
Proponente: Rodrigo Janot Monteiro de Barros – Presidente do CNMP  
Objeto: Proposta de Resolução. Instituição. Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: Distrito Federal

##### Incluído na Pauta da 1ª Sessão Ordinária (26/01/2016)

- 10) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00209/2015-49  
Requerente: André Luís Alves de Melo  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Objeto: Pedido de Aposentadoria Especial. Atividade de Risco Análoga ao dos Policiais. Revisão de Decisão do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Minas Gerais

##### Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária (16/02/2016)

- 11) Proposição nº 1.00312/2015-43  
Proponente: Fábio George Cruz da Nóbrega  
Objeto: Proposta de Recomendação. Define parâmetros para a atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a alimentação e atualização do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça.  
Relator: Cons. Gustavo do Vale Rocha  
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 7ª Sessão Ordinária (12/04/2016)

- 12) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00200/2015-56  
Requerente: Deusedith Ferreira Araújo – OAB/RR n.º 550  
Requerido: Ministério Público de Contas do Estado de Roraima  
Objeto: Ilegalidades. Concessão de Licença Prêmio em Pecúnia por assiduidade. Membros do Ministério Público de Contas do Estado de Roraima.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Roraima
- 13) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00307/2015-77 (Apensos: Processos nºs 1.00329/2015-73; 1.00330/2015-25; 1.00004/2016-90; 1.00005/2016-43)  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Município de Três Rios. Denúncia do Juízo da Vara Federal. Processos sem movimentação por parte de membro do Parquet. Inércia. Desídia. Arquivamentos pela prescrição da pena em abstrato ou pela ausência de interesse de agir.  
Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho  
Origem: Rio de Janeiro

Incluído na Pauta da 8ª Sessão (26/04/2016)

- 14) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00025/2016-32  
Requerente: Willian Guedes Ferreira  
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Determinação. Remoção do Requerente para a Promotoria de Justiça de Guaratinguetá. Suspensão da escolha relativa à Promotoria de Justiça de Guaratinguetá. Desconstituição de ato do Diretor-Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: São Paulo

Incluídos na Pauta da 9ª Sessão (10/05/2016)

- 15) Proposição nº 1.00384/2015-72  
Proponente: Sérgio Ricardo de Souza  
Objeto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a criação de Comissão Temporária de Aperfeiçoamento e Fomento da Atuação do Ministério Público na área de defesa do Meio Ambiente e de fiscalização das políticas públicas ambientais.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal
- 16) Proposição nº 1.00036/2016-30  
Proponente: Orlando Rochadel Moreira  
Objeto: Alteração da Resolução CNMP nº 94 que disciplina o "Prêmio CNMP". Inclusão de nova categoria.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Distrito Federal

17) Pedido de Providências n° 1.00092/2016-93

Requerente: Luiz Inácio Lula da Silva

Advogados: Roberto Teixeira – OAB/SP n.º 22.823; Rafael Borges – OAB/RJ n.º 141.435; Nilo Batista – OAB/RJ n.º 187-B; Cristiano Zanin Martins – OAB/SP n.º 172.730; André Nascimento – OAB/RJ n.º 99.026; Maria Luiza Gorga – OAB/SP n.º 328.981

Requerido: Procuradoria da República no Distrito Federal

Objeto: PIC n° 1.16.000.000991/2015-08. 1º Ofício de Combate à Corrupção da Procuradoria da República do Distrito Federal. Negativa de acesso ao feito e de deferimento de cópias. Irregularidade em redistribuição posterior ao 5º Ofício do mesmo Núcleo. Disponibilização da íntegra dos autos ao conhecimento de revista de circulação nacional.

Relator: Cons. Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Origem: Distrito Federal

18) Proposição n° 1.00119/2016-48

Proponente: Walter de Agra Júnior

Objeto: Proposta de resolução que disciplina o exercício de atividade político-partidária e de cargos públicos por membros do Ministério Público Nacional.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 10ª Sessão (31/05/2016)

19) Procedimento Avocado n° 1.00203/2015-17

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Advogado: Thiago Machado de Carvalho – OAB/DF n.º 26.973

Objeto: Processo Administrativo Disciplinar n° 006/2013 (n.º MP 20431/2013), em trâmite no Ministério Público do Estado do Espírito Santo, avocado nos autos do Processo CNMP n° 0.00.000.000456/2015-64.

Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte

Origem: Distrito Federal

20) Pedido de Providências n° 1.00344/2015-94

Requerente: Suzane Maria Carvalho do Prado

Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná

Objeto: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná. Designação para participação em audiências fora da Vara de origem.

Relator: Cons. Otávio Brito Lopes

Origem: Paraná

21) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00388/2015-97

Requerente: Karla Kelly de Sena Rodrigues

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Remoção de servidor por interesse da administração da Procuradoria Geral da República. Vaga de aposentadoria na Procuradoria do Trabalho em Fortaleza que não foi colocada em remoção.

Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza

Origem: Ceará

- 22) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00112/2016-62  
Requerente: Corregedoria Nacional  
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo  
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. PAD nº 46905/2014.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Espírito Santo
- 23) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00175/2016-09  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Adequação dos cargos de Assessor Auxiliar de Procurador, Oficial de Gabinete e Secretária de Procurador. Prescrições do art. 37, incisos II e V, da Constituição Federal. Item 21.1.31 do relatório conclusivo da Inspeção.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Amapá
- 24) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00198/2016-50  
Requerente: Eder Cristiano Viana  
Advogados: Ana Carolina de Camargo Clève – OAB/PR n.º 61917; Marina Michel de Macedo Martynychen – OAB/PR n.º 36786  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Desconstituição de decisões. Conselho Superior do Estado de Santa Catarina. Indeferimento de remoção por merecimento para a Comarca de Gaspar.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Santa Catarina
- 25) Proposição nº 1.00236/2016-01  
Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego  
Objeto: Proposta de alteração. Art. 1º da Resolução CNMP nº 30/2008. Nova hipótese de impedimento ao exercício da função eleitoral.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal

### **Processos desta Sessão (13/06/2016)**

- 26) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00145/2015-77  
Requerente: Associação do Ministério Público de Rondônia - AMPRO  
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia  
Interessado: Flavia Barbosa Shimizu Mazzini  
Objeto: Controle. Decisão. Colégio de Procuradores de Justiça. Ministério Público do Estado de Rondônia. Reconhecimento, Art. 100 combinado art. 127 da Lei Complementar nº 93/93. Licença-Prêmio.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Rondônia

- 27) Proposição nº 1.00191/2015-85  
Proponente: Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego  
Objeto: Proposta de Resolução que estabelece diretrizes para o planejamento estratégico das unidades e ramos do Ministério Público.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Distrito Federal
- 28) Pedido de Providências nº 1.00214/2015-15  
Requerente: Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT  
Requerido: Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho. Gozo de Licença-Prêmio. Tempo de Serviço na Administração Pública.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Distrito Federal
- 29) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00221/2015-07  
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão  
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Receitas e despesas previdenciárias praticadas mensalmente durante o período de 2012-2014. Estrutura de Pessoal. Servidores cedidos. Pagamento de incorporação de gratificação de função aos membros. Legalidade do pagamento de gratificação de risco de vida.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal
- 30) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00271/2015-21  
Requerente: Corregedoria Nacional  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Ceará. Processo Administrativo Disciplinar nº 16045/2014-6. Reclamação Disciplinar nº 0.00.000.001138/2012-78.  
Relator: Cons. Marcelo Ferra de Carvalho  
Origem: Ceará
- 31) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00296/2015-99 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Ministério Público do Estado do Acre  
Embargado: Flávio Bussab Della Libera  
Advogado: Cassiano Figueira Marques de Oliveira - OAB/AC nº 1.672  
Objeto: Suspensão. PADs nºs 01/2015, 02/2015, 03/2015 e 04/2015. Declaração de ilegalidade da Resolução 022 e 023. Suspensão do julgamento do Processo CNMP nº 0.00.000.000337/2015-10.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: Acre

- 32) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00362/2015-76  
Requerente: Corregedoria Nacional  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte  
Advogado: Luciana Cláudia de Oliveira Costa – OAB/RN nº 3456  
Objeto: Portaria CNMP-CN nº 145/2015. Membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. RD 710/2015-24.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: Rio Grande do Norte
- 33) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00371/2015-67  
Requerente: Corregedoria Nacional  
Requerido: Membro do Ministério do Estado do Maranhão  
Advogado: Mauro Henrique Ferreira Goncalves Silva – OAB/MA nº 7.930  
Objeto: Procedimento Administrativo Disciplinar. Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão. Participação em sessão de julgamento do Procedimento Investigatório Criminal nº 406998/2014.  
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes  
Origem: Maranhão
- 34) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00015/2016-98  
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público Federal  
Requerido: Ministério Público Federal  
Interessado: Membro do Ministério Público Federal  
Advogado: João Batista de Almeida – OAB/DF nº 2067 – A/S  
Objeto: Pedido de Revisão de Processo Disciplinar CSMFP nº 1.00.001.000006/2014-25, em razão de decisão proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal.  
Relator: Cons. Otavio Brito Lopes  
Origem: Rio Grande do Sul
- 35) Pedido de Providências nº 1.00054/2016-12 (Embargos de Declaração)  
Embargante: Júlio César Martins de Bessa  
Embargado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Arquivamento de representações. Certame licitatório. Solicitação de desarquivamento e regular prosseguimento das representações.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: Distrito Federal
- 36) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00095/2016-54  
Requerente: Benedicto de Oliveira Guedes Neto  
Advogado: Renato Duarte Bezerra – OAB/TO nº 4.296  
Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins  
Objeto: Suspensão Liminar. Anulação. Julgamento. Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Tocantins. Formação de Lista Tríplice. Princípios da Administração Pública. Resolução 001/2012. Promoção por merecimento. 26ª Promotoria de Justiça de Palmas.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Tocantins

- 37) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00101/2016-64 (Recurso Interno)
- Recorrente: José Carlos Cruz  
Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo  
Objeto: Controle. Autos de Processo do Ministério Público do Estado de São Paulo. Inquérito Policial. Apuração de irregularidades da Autoridade Policial e do Ministério Público do Estado de São Paulo. Acesso do advogado aos autos. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: São Paulo
- 38) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00117/2016-30
- Requerente: Corregedoria Nacional  
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais  
Advogado: Luis Carlos Parreiras Abritta – OAB/MG nº 58.400  
Objeto: Revisão de Processo Disciplinar. PDA nº 2422663. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Alteração da Conclusão.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Minas Gerais
- 39) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00141/2016-42
- Requerente: Rodrigo Siqueira de Andrade – OAB/CE nº 21.449  
Requeridos: Ministério Público da União; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
- Objeto: Ministério Público da União, dos Estados e Distrito Federal. Submeter ao teto remuneratório as parcelas recebidas por trabalho extraordinário, por não terem natureza indenizatória. Afastar o pagamento de gratificação quando o membro do Parquet não estiver acumulando atribuições ordinárias e extraordinárias. Afastar o pagamento de gratificação no caso de deslocamento do membro do Parquet de sua sede funcional, não caracterizando acumulação de funções. Melhor detalhamento no Portal da Transparência dos contracheques de membros e servidores. Revisão da Resolução CNMP nº 09/2006. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Fábio George Cruz da Nóbrega  
Origem: Distrito Federal

- 40) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00155/2016-01 (Recurso Interno)  
Recorrente: Fernanda Valle Monturil  
Recorrido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Negativa de Acesso a Informações. Resolução CNMP nº 89/2012. Portaria CNMP/PRESI nº 169/2012. Lei nº 12.527/2011. Fornecimento de Cópias referentes aos Processos nºs 08190.217960/15-98; 08190.136941/15-43; 08190.177322/15-72; e 08190.211605/15-23.  
Relator: Cons. Sérgio Ricardo de Souza  
Origem: Distrito Federal
- 41) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00158/2016-72  
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. Controle de ato administrativo que nomeou membro do Parquet. Suspensão liminar do cargo, até definitivo julgamento, para sua exoneração dos quadros funcionais. Pedido de liminar.  
Relator: Cons. Fábio Bastos Stica  
Origem: Distrito Federal
- 42) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00173/2016-93  
Requerente: Corregedoria Nacional  
Requerido: Ministério Público Federal  
Interessado: Membro do Ministério Público Federal  
Advogado: Wesley Ricardo Bento – OAB/DF nº 18.566  
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Amazonas. Membro da Procuradoria da República no Município de Tabatinga. Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00.002.000001/2013-11. Informações colhidas na RD 0.00.000.000220/2016-17.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Amazonas
- 43) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00206/2016-78  
Requerente: Edmar Jorge de Almeida  
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará  
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Inércia. Apuração. Fatos criminosos. Representação Criminal nº 1227/2013. Promotoria de Justiça de Juazeiro do Norte.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Ceará

- 44) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00211/2016-44 (Embargos de Declaração)  
Embargantes: Douglas Teixeira Lacerda; Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público  
Advogado: Fábio Fontes Estillac Gomes – OAB/DF nº 34.163  
Embargado: Ministério Público do Trabalho  
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Suspensão dos efeitos da Portaria nº 118/2015. Atividades dos servidores (atribuições dos cargos). Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Bahia
- 45) Nota Técnica nº 1.00237/2016-65  
Requerente: Fábio Bastos Stica  
Objeto: Nota técnica que dispõe sobre a posição do Conselho Nacional do Ministério Público sobre as alterações feitas pela Assembleia Legislativa do Piauí no art. 39, inciso IX, da Lei Complementar Estadual nº 12, de 18 de dezembro de 1993, (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí), tornando parte das atribuições do Procurador-Geral de Justiça exclusivas e indelegáveis.  
Relator: Cons. Antônio Pereira Duarte  
Origem: Piauí
- 46) Proposição nº 1.00239/2016-72  
Requerente: Sérgio Ricardo de Souza  
Objeto: Proposição. Resolução. Designação de membros do Ministério Público. Auxílio no âmbito dos órgãos auxiliares e da Administração Superior.  
Relator: Cons. Esdras Dantas de Souza  
Origem: Distrito Federal
- 47) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00252/2016-86  
Requerente: Cesar Leandro de Campos  
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina  
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Apuração. Irregularidades. Prorrogações do contrato de estagiários de pós-graduação. Desrespeito ao art. 29 do Ato nº 328/2015 do MPSC.  
Relator: Cons. Walter de Agra Júnior  
Origem: Santa Catarina
- 48) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00259/2016-61  
Requerente: Luiz Eduardo Pena Gonçalves  
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá  
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Servidores exercendo advocacia na condição de assessores jurídicos. Violação da vedação contida na Resolução CNMP nº 27/2008. Requer isonomia em face de decisão proferida nos autos da Reclamação Disciplinar nº 0.00.000.000177/2016-81.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Amapá

- 49) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00262/2016-20  
Requerente: Sigiloso  
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Grupo de Atuação em Defesa da Mulher - GEDEM. Denúncia de violência doméstica contra mulher. Inércia na adoção de medidas protetivas.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Bahia
- 50) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00283/2016-73  
Requerente: Corregedoria Nacional  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Portaria CNMP-CN nº 75/2016. Fatos apurados na Reclamação Disciplinar CNMP nº 0.00.000.000250/2016-15. Manifestação Pública indevida.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Bahia
- 51) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00325/2016-49  
Requerente: Rogério Sarlo de Medeiros  
Advogado: Luís Fernando Nogueira Moreira – OAB/ES nº 6.942  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. Alegação de excesso de prazo para parecer na Reclamação nº 16.434 do Supremo Tribunal Federal. Deferimento de prazo para devolução da mencionada Reclamação.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Distrito Federal
- 52) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00326/2016-00  
Requerente: Corregedoria Nacional  
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Acre  
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Acre. Instauração de Processo Administrativo Disciplinar. Portaria CNMP-CN nº 88/2016. Realização de propaganda político-partidária e eleitoral. Baseada na Sindicância CNMP nº 0.00.000.000679/2015-21.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Acre
- 53) Pedido de Providências nº 1.00356/2016-36  
Requerente: Ailton Ferreira da Silva  
Requerido: Ministério Público Federal  
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria Geral da República. Alegação de irregularidades em manifestação proferida em processo judicial que tramita no Supremo Tribunal de Justiça.  
Relator: Cons. Orlando Rochadel Moreira  
Origem: Distrito Federal

**RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS**  
**Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público**